

A questão econômica do livro brasileiro

RANULFO PEREIRA DA SILVA
Oficial Administrativo do M. F.

Uma frase de Bartolomeu Mitre, saudando a jornalistas brasileiros, em Buenos Aires, gravase na memória: "No son las riquezas, no son las armas, los atributos del poder de las naciones destinadas a vivir. Son las idéas".

Todo livro é sementeira de idéias, para a fecundidade do espírito e, por isso, base da cultura de um povo. Um povo sem livros seus é um povo sem idéias; e fraco, porque desamparado da cultura, que o yankee denomina *the spiritual side of life* (1). Tal povo seria menos que uma casta; nunca uma nacionalidade, com expressão na história universal.

Ronald de Carvalho disse do horror que causa um povo sem literatura. "De todas as artes é a da palavra, sem contestação, aquela que exerce uma influência mais penetrante, um papel mais saliente na formação das nacionalidades. As estátuas de Scopas puderam ser imitadas; nunca ninguém se atreveu, porém, a reproduzir as tragédias de Esquilo" (2).

À formação de nossa nacionalidade pela livre comunicação da idéia brasileira, mediante a impressão do jornal e do livro, opuseram-se, durante tres séculos, os descobridores e senhores da terra opulenta. Entre a fundação da primeira oficina tipográfica, em 1.707, no Rio de Janeiro, graças à tolerância de Gomes Freire de Andrade, e a Imprensa Régia, creada por Dom João VI, — cento e um anos decorreram, uma vez destruido

aquele primeiro prelo, por ordem do governo da metrópole. "Parece que se declarara guerra decidida ao desenvolvimento do espírito e à propagação das idéias nas capitánias" (3). Isto foi anterior à Independência. E, a partir dêste marco histórico, que temos feito pelo livro nosso? Ao passo que na Imprensa, desde Evaristo da Veiga, e Ledo, até Quintino Bocayuva, realizámos tudo o que o progresso reclamava, em linha ascensional, — fazíamos, todavia, imprimir em Portugal e na França as obras de nossos prosadores e poetas. Vimos, em nossos dias de juventude, tantas traduções de obras famosas impressas em Lisboa e no Porto; e ainda hoje as revemos nas livrarias, concorrendo, a preços ínfimos, com o moderno e caríssimo livro nacional.

"Quando começou a mentalidade brasileira, a do verdadeiro Brasil, a transparecer, ao lado do aprêço real pelo que é nosso, nos livros brasileiros? Começa apenas a despontar. É de ontem. Mais recente ainda que nos Estados Unidos", disse-o a filha de Joaquim Nabuco, Dona Carolina, quando, com o apôio do Ministério da Educação, realizou-se, no ano passado, em nossa maior Biblioteca, a Exposição do Livro Norte-Americano Moderno (4). E que magníficos livros aqueles! O norte-americano é um artista milionário confeccionando os seus livros. A biblioteca do DASP — a propósito — posue uma notavel coleção de livros dessa procedência. E como agrada citar êsse povo irmão! "America, that

(1) Robert D. Bowden — *In defense of tomorrow* — pág. 70.

(2) Ronald de Carvalho — *Pequena História da Literatura Brasileira*, pág. 35.

(3) J. E. C. Sá e Benevides — *História do Brasil* — pág. 118.

(4) *Jornal do Comércio* — 27-8-39.

country of energy and activity which has set the world so many good examples" (5).

Ali, é um axioma o dever que cabe ao Estado, de educar os cidadãos.

Esta ha sido, ultimamente, a preocupação do Governo Brasileiro. Transparece na criação do Instituto Nacional do Livro, do Conselho Nacional de Cultura, da Comissão do Livro Didático. Ao referido Conselho, instituído pelo Decreto-lei n. 526, de 1-7-1938, incumbe, no Ministério da Educação, coordenar todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, entre as quais a difusão da cultura entre as massas "através os diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc.)".

Como na letra da lei, começemos pelo livro.

Vêmo-lo por tres faces : o material do livro ; o homem que escreve, o que fabrica, e o que coloca o livro no mercado ; enfim, a biblioteca, com as suas duas finalidades, como as distingue o Sr. Azevedo Amaral (6) : "Uma delas é constituir centros de estudos e pesquisas, naturalmente reservados aos que se consagram a trabalhos de erudição em qualquer setor do conhecimento. A outra é proporcionar às massas populares acesso facil, cômodo e econômico aos livros, por meio dos quais cada um pode aperfeiçoar a sua cultura em um auto-didatismo proveitoso".

Creemos que este escritor ergueu a ponta do véu, devassando o mistério, e declarando que o problema do livro é, aqui, em parte, feitas algumas observações, um problema que oferece principalmente interesse econômico.

Coube ao Governo instituído em 10 de novembro de 1937 enfrentar, por esta face, o problema.

Primeiro aspecto : o material do livro.

O decreto-lei n. 1.834, de 4 de dezembro último — que não é o primeiro ato do Presidente Getúlio Vargas em favor da produção nacional de celulose — sugere-nos um inventário, sinão um balanço dos elementos que contam para a solução do problema do livro brasileiro, que é o de "imprimir idéias nacionais em papel nacional".

Em "Brazil, 1938", editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ha alusão a dois atos promulgados, em 1933, relativos à celulose. Não são outros que os decretos ns. 22.636, de 12 de abril, e 23.060, de 9 de agosto daquele ano, ambos concedendo isenção de direitos de importação e taxas de expediente para os materiais destinados à fabricação de celulose, aquele "durante o prazo de dez anos"; e este, referente às "primeiras instalações das fábricas com produção inferior a cinco toneladas diárias".

Vejamos, neste passo, qual a situação do fabrico da celulose, da polpa de madeira e do papel, no país, à data do decreto-lei n. 1.834.

Coligimos, de início, em "Brazil, 1938", citado, o seguinte :

Possuimos 27 fábricas, produzindo anualmente cêrca de 100 mil toneladas de papel. Nesta indústria está empregado um capital de mais de 300.000:000\$0, e nela aplicam sua atividade 20 mil operários. Alguns estabelecimentos já produzem aqui polpa de celulose, utilizando matéria prima nacional. São a Cia. Industrial Agrícola Corupatuba, S. A. Gordinho Braune, Cia. Santista de Papel, Cia. Indústrias Brasileiras de Papel, Cia. Melhoramentos de São Paulo ; Paraná Paper Company e Cia. de Itajaí. Segundo os estudos procedidos pela Melhoramentos de São Paulo, a porcentagem de celulose obtida das madeiras de nossa terra é muito mais alta do que a das madeiras da Europa, ou do Canadá.

Num período de pouco mais de 3 anos, precedente aos dois decretos referidos, foi impedida a importação de novos maquinismos para esta indústria. Restabelecido o equilíbrio, que se dizia rompido, entre o consumo e a produção, pela crise de 1930-1931, — em São Paulo começaram a ser fabricadas máquinas "inteiramente independentes do concurso estrangeiro". São citadas três fábricas (7).

Ainda se utilizam nas fábricas nacionais a celulose e a polpa de madeira importadas. O próprio papel é importado, tendo registrado a Alfândega do Rio de Janeiro, somente ela, em 1937, a entrada de 5.697 toneladas, no valor de 28.876:000\$0, para cigarros, cartas, papel celofane, crepon, carbono etc., e principalmente papel para a Imprensa.

(5) J. Winter Jones, do British Museum, cit. por A. Bostwick, in *The American Public Library*.

(6) *Revista do Serviço Público*, fev. 1938, pág. 15.

(7) *Observador Econômico e Financeiro* n. 44, de 1939.

É em tal situação que entra em vigor o decreto-lei n. 1.834. Dispõe ele sobre a concessão de favores à indústria da celulose e da pasta de madeira, e é fundamentado em considerações relativas a vantagens para o reflorestamento, à utilidade para as indústrias bélicas e, por fim, à impressão do jornal e do livro didático.

Estabelece, ainda, no art. 9.º, favores fiscais e de transporte, na forma de regulamento a expedir, de sorte que não é lícito aos pessimistas augurar o malôgro da medida, pelo encarecimento da matéria prima, a cuja maior e mais fácil produção ela sabiamente visa, protegendo o produto na sua própria fonte. Trata, por isso, tanto da árvore como da força motriz: o reflorestamento e a queda d'água.

Este lado da questão econômica pode ser encarado com otimismo. Temos o pinheiro em cerca de cem municípios (8) e uma disponibilidade avaliada em 117 milhões de pinheiros. Só no Paraná, essa árvore ocupa uma área de 70.389 quilômetros quadrados. Nesse Estado, a exploração da celulose, em plena zona madeireira, é feita por uma fábrica, com 30 mil contos de capital em giro, e uma produção, em 1938, de 10 mil contos de réis (9).

O reflorestamento sistemático impõe-se. O pinhal de Leiria, em Portugal, é exemplo frisante, porque explorado desde antes da descoberta do Brasil. Aquí, a defesa do pinho é feita pela Comissão de Defesa da Economia Nacional, diretamente subordinada à Presidência da República (10).

Quanto à importação de maquinismos, está prevista e amparada, na forma das leis anteriores, durante dez anos.

Si se afirma que o papel e o livro nacional são caros porque importamos a altos preços a celulose e a pasta de madeira, este argumento será anulado, em futuro próximo, pela execução do decreto-lei n. 1.834. Quando possuímos, em virtude da providência governamental, uma dominante produção de celulose e de papel, outros motivos serão alardeados, realmente contra a cultura nacional, de que o livro é o alicerce e o símbolo. Mas, o problema do livro brasileiro

não se apoia **exclusivamente** na produção da celulose. Assim concluímos em face das razões "pro" e "contra", apreciadas, sem outra paixão que a do Brasil, nas muitas páginas, de vários números, do "Observador Econômico e Financeiro", que inaugurou, nesta matéria, uma polémica de caráter econômico.

De tudo quanto foi alegado contra o fabricante de papel nacional, e do que, inadvertidamente, foi dito em sua defesa, coligimos o seguinte:

Contra os papeleiros: o papel nacional é de má qualidade, porque a fábrica o faz o mais barato, sendo, assim, prejudicada a perfeita confecção do livro. Temos uma indústria fitícia, visto que nossas fábricas lavam e prensam celulose estrangeira. E ainda, (aquí a contradição) o regime de proteção tarifária anima o monopólio da indústria nacional do papel, em detrimento da do livro. Finalmente, contra os fabricantes, ainda: si a entrada da celulose no Brasil é feita ao preço de 8\$549 o quilo, e custa 10 libras a tonelada, ou 1\$0 o quilo, é exorbitante o preço de 3\$0 o quilo, do papel nacional, em que entram somente 25 % de celulose.

Em favor dos papeleiros: não são as fábricas de papel responsáveis pelo alto custo do livro, visto que a indústria livreira consome apenas 2 %, no máximo 3 %, da produção nacional de papel; aliás, nem só de papel são feitos os livros. Si o fôssem, estariam fora do mercado as obras impressas em papel que nada custasse. O papel entra com 50 a 92 % no preço de custo do livro impresso, excetuadas, **exempli gratia**, as táboas de logaritmos, em que o papel avulta em 10 %, porque a composição é tão cara, que todo o mais desaparece. Nos livros de estudo e literatura, o papel figura em 20 %. Financeiramente, não interessa ao fabricante de papel a produção específica para livros porque, enquanto uma fábrica de cimento compra, **em um mês**, 800:000\$0 de papel para sacos, os livreiros compram, em São Paulo, mil contos, **em um ano**.

Foi apurado, ainda, que, tendo subido o preço da celulose importada, 50 ou 60 %, o lucro do fabricante nacional é pequeno. A celulose de 1.ª custa \$872 o quilo, **cif** Rio ou Santos. Somem-se direitos de importação e taxas portuárias. Secagem. Ao entrar na máquina, custa 1\$124 o quilo. A pasta de madeira, \$951. Despesas industriais, \$700 por quilo, aproximadamente.

(8) **Exposição** feita pelo Presidente da República, em 10-11-39, aos Interventores.

(9) **Observador Econômico e Financeiro**, n. 46, de 1939.

(10) **Portaria** n. 56, de 1-2-40. Crea o Serviço do Pinho. "D. O." de 10-2-40.

A síntese dos argumentos é unicamente esta : o papel é o menor dos fatores do custo industrial do livro.

Convenhamos em que nenhuma daquelas razões deve predominar, na solução do problema do livro ; todas, porém, devem contar. O bom senso estará entre os exageros de uns e a deficiência de outros.

Além dêste inquérito, em que depuseram somente industriais, houve o do Instituto Nacional do Livro, e a reunião realizada no Conselho Federal de Comércio Exterior ; nesta, entretanto, o eixo da discussão não foi o livro, mas sim a produção do papel.

Num ponto estamos todos de acôrdo, livreiros e leitores de livros nacionais : nosso livro é caro e só por exceção bem feito.

Os que o produzem materialmente não conhecem, por certo, os termos da Exposição de Motivos com que o Ministro da Educação submeteu a despacho do Presidente Vargas o decreto-lei n. 93, de 21-12-1937, que crea o Instituto Nacional do Livro :

"O livro é, sem dúvida, a mais poderosa criação do engenho humano". "É o grande semeador, que, pelos séculos afora, vem transformando a face da terra. Encontraremos sempre um livro no fundo de todas as revoluções".

Conclue o Ministro da Educação que é dever do Estado proteger o livro "promovendo e facilitando a sua produção e divulgando".

Nas letras c e d do art. 2.º do decreto-lei n. 93 estão concretizadas as duas providências capitais : c) promover as medidas necessárias para aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país ; d) incentivar a organização e auxiliar a manutenção de bibliotecas públicas em todo o território nacional".

Este decreto-lei prevê um sistema de bibliotecas filiadas ao Instituto Nacional do Livro, às quais serão distribuídas, somente a elas, as suas publicações. Ora, estas são "de toda sorte de obras raras ou preciosas, que sejam de grande interesse para a cultura nacional" (art. 2.º, b).

O Instituto Nacional do Livro publicará as obras raras ou preciosas, distribuindo-as gratuitamente às bibliotecas públicas a êle filiadas (Arts. 2.º, b, e 6.º do decreto-lei n. 93, de 21-12-37).

Qual a sorte, porém, dos livros didáticos ? O Instituto promoverá "as medidas necessárias para

aumentar, melhorar e baratear a edição de livros no país". (Art. 2.º, e, decreto-lei citado).

Pensamos que uma das aludidas medidas é a de editar, o próprio Instituto, o livro didático.

A instrução de grande parte da população, em idade escolar, está sufocada, como naquele período de cem anos, entre Gomes Freire de Andrade e Dom João VI, porque os pais não têm meios para enfrentar as despesas com os livros exigidos pelos programas dos diversos cursos, livros cada vez mais caros.

Assim sendo, a impressão de livros didáticos pelo Estado — como sucede no México, por exemplo, — para a venda, pelo preço do custo, diretamente aos escolares ou aos acadêmicos, realizaria o preceito constitucional, completando a atividade estadual descrita nos arts. 128 e 129 da Carta de 10 de Novembro de 1937.

Isso, entretanto, só seria possível si dispuséssemos de uma oficina equipada segundo padrão moderno, utilizando matéria prima nacional.

Sugeriu a criação de estabelecimento de tal eficiência o Sr. Luiz Simões Lopes, que, ao regressar da Itália, expôs ao Conselho Federal do Serviço Público Civil, em cuja presidência se achava, os benefícios que resultariam para a Nação, do ato que, creando o Instituto Poligráfico Brasileiro, centralizasse os trabalhos tipográficos oficiais. Incorporada, segundo êsse plano, a Casa da Moeda à Imprensa Nacional, não só as fórmulas destinadas à arrecadação dos impostos, mas também o papel-moeda viria a ser fabricado no país, com matéria prima nacional, e por técnicos brasileiros.

Importaria a medida em economia para o Tesouro Nacional, que se libertaria do fornecedor estrangeiro, pago em ouro. A notícia dessa patriótica sugestão, encontrâmo-la nas Atas do aludido Conselho — sessão de 7-6-1937. (Atas — Serviço Gráfico do M. da Educação).

Si não possuímos, hoje, êsse ideal Instituto, porque não experimentamos resolver — tentando, uma a uma, todas as soluções — o grande problema, como enfrentâmos o do pão nacional, e como estamos encarando o da siderurgia ? Si tudo depõe acêrca da avidez de lucros na indústria do livro, é o caso de se exigir na confecção do livro o padrão de papel registrado no Ministério da Agricultura : preço elevado, correspondendo a material de alto preço.

São convincentes os argumentos. Nem os impostos federais incidem diretamente sobre a indústria da celulose, nem ha carência de madeira, de fábricas ou maquinismos. A própria lei "da oferta e da procura" depõe: verifica-se que o papel para livro consome pequena porcentagem da produção nacional.

Si, pois, não é o papel o fator do encarecimento, devem as vistas voltar-se para os demais materiais imprescindíveis na confecção do livro. O inquérito ha de estender-se à impressão, ao custeio da máquina, ao salário do tipógrafo, à oficina, incluída a encadernação. O preço, recentemente elevado, de todo êste material, não foi mencionado nos inquéritos a que aludimos, anteriores à guerra irrompida, em setembro de 1939, na Europa.

Êste assunto será, por algum tempo ainda, objeto de acaloradas discussões. O que não impedirá que a edição norte-americana, com ilustrações, da obra de ficção de Miss Margaret Mitchell, "Gone with the wind", continue a ter preço igual à da tradução brasileira do mesmo romance.

São urgentes as convenções de autores e editores, constantes do plano de ação do Insti-

tuto Nacional do Livro, a que esta "Revista" se referiu.

A defesa do livro é preliminar — assinalou o Sr. Azevedo Amaral: ela importa na do autor e editor (11).

A trilogia é evidente. A complexidade da questão é um cartel de desafio à inteligência e ao patriotismo do brasileiro.

Em país de civilização nova — pelo êrro dos que a retardaram — sem grande luta não é atingida a vitória de idéias nacionais.

Uma imagem dêsse combate, devêmo-la à formosa inteligência de Ronald, já mencionado aqui.

Luc Durtain, narrando sua visita ao Rio de Janeiro, conta o que lhe disse o escritor brasileiro, quando lhe apontava o mar furioso, arrebentando as vagas junto às fachadas de nossos palácios:

— Eis meu país. A fôrça do homem na tempestade dos acontecimentos. Esta se cansará diante daquela (12).

(11) Azevedo Amaral — "O Instituto do Livro" in "Revista do Serviço Público", fevereiro, 1938, pág. 13.

(12) Luc Durtain — "Le Globe sous le bras".

E IS AQUÍ UM CAMINHO PRÁTICO PARA O SEU PATRIOTISMO: AJUDE O SERVIÇO NACIONAL DE RECENSEAMENTO A FAZER OS PRÓXIMOS CENSOS BRASILEIROS.